DEMARAÇÃO DE TERRAS

Após reaver reserva de Queimadas, índios querem outra área

Retomada de área na Região Central estimula tribos do PR a lutar por mais 11 mil hectares

CURITIBA – A RECUPERAÇÃO DE UMA ÁREA com mais de 600 hectares em Ortigueira (Região Central), depois de um litígio que demorou quase 60 anos, está estimulando as lideranças indígenas do estado a lutar pela retomada de terras no Sudoeste. Dentro de 70 dias, o Conselho Indígena entrega à superintendência da Fundação Nacional do Índio (Funai) uma petição sobre a ocupação da localidade de Boa Vista, em Laranjeiras do Sul.

Índios caingangues estariam sendo expulsos dos mais de 11 mil hectares de Boa Vista desde a década de 30. O governo do estado vendeu as terras apesar do reconhecimento federal de que o local era área de perambulação indígena. O êxodo de Laranjeiras do Sul, que culminou em 1962 com a destruição da sede da aldeia, acabou originando duas das maiores reservas paraenses: Marrecas dos Índios e Rio das Cobras. Hoje mais de três mil caingangues, guaranis e xetás ocupam as povoações.

Segundo o vice-presidente do Conselho Nacional dos Povos Indígenas, Pedro Cornélio, 42 caingangues ainda resistem em Boa Vista. Assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), trechos de reforestamento, médios e grandes proprietários dividem a área com os índios.

Cornélio, que ontem negociava em Curitiba retomada de terras para xetás na região de Umuarama, tem interesse especial na recuperação de Boa Vista. "Eu nasci lá. Naquela época, na década de 40, os índios já sofriam uma enorme pressão para deixar a reserva". A petição está sendo realizada em conjunto pela Funai e Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Vitória

A notícia da histórica recuperação de 692 hectares da Reserva de Queimadas, em Ortigueira, ainda não chegou oficialmente aos 490 caingangues que vivem na aldeia. Na semana passada, o Tribunal Regional Federal da 4ª região determinou a reintegração do Quinhão 15 da Fazenda Apucarana ao Patrimônio Indígena, pondo fim a um processo jurídico que se arrastava desde 1943.

Proprietários de terrenos da reserva, no entanto, já esperam a indenização pela eventual desapropriação. Pedro Cornélio calcula que o local deve voltar realmente às mãos dos índios dentro de um ano. "Falta apenas que o governo aprovê orçamento para as indenizações", prevê o vice-presidente, que diz sentir "um clima amistoso" entre proprietários e Funai.

- VICTOR FOLQUEIRING